



RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO POPULAR EM AXIPICÁ-PA: O ACESSO À EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

Greyssy Kelly Araujo de Souza¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2899-9242>

greyssyaraújo@unilab.edu.br

Regiane Prata de Matos²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3249-5143>

regianeprata21@hotmail.com

Mirla Menezes da Silva³

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1670-4769>

mirlamenezes.silva@gmail.com

Adelson Fernando Acosta⁴

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2856-8337>

acostaf@ufam.edu.br

RESUMO: A questão das condições de acesso à educação em comunidades ribeirinhas da Amazônia, como Axipicá-PA, articula-se com o enfrentamento aos desafios estruturais e conjunturais que perpetuam as desigualdades educacionais. Este estudo, baseado em Matos (2023), busca contribuir para a compreensão das expressões da questão social na educação, a partir da perspectiva do Serviço Social. Os resultados apontam para a importância da articulação entre os movimentos sociais de educação do campo e as políticas públicas para superar as desigualdades educacionais. Além disso, destaca-se a necessidade de uma abordagem interseccional que considere as especificidades das comunidades ribeirinhas e a luta contra o racismo e a exclusão, contra seu silenciamento e sua condição de minoria oprimida e de população subalternizada, no âmbito de uma sociedade capitalista pautada numa forte interconexão entre os mercados, a intensificação da competição empresarial e a globalização.

Palavras-chave: Minorias, educação, comunidade rural/ribeirinha, Amazônia, Brasil.

RESISTANCE AND POPULAR ORGANIZATION IN AXIPICÁ-PA: ACCESS TO EDUCATION IN THE AMAZON

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Ceará, Brasil.

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Ceará, Brasil.

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Ceará, Brasil.

⁴ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Ceará, Brasil.



ABSTRACT: The issue of access to education in riverside communities in the Amazon, such as Axipicá-PA, is intertwined with addressing the structural and circumstantial challenges that perpetuate educational inequalities. This study, based on Matos (2023), seeks to contribute to the understanding of the expressions of the social issue in education, from the perspective of Social Work. The results highlight the importance of coordination between rural education social movements and public policies to overcome educational inequalities. Furthermore, it highlights the need for an intersectional approach that considers the specificities of riverside communities and the fight against racism and exclusion, their silencing, and their status as an oppressed minority and a subalternized population, within a capitalist society based on a strong interconnection between markets, the intensification of business competition, and globalization.

Keywords: Minorities, education, rural/riverside community, Amazon, Brazil.

RESISTENCIA Y ORGANIZACIÓN POPULAR EN AXIPICÁ-PA: ACCESO A LA EDUCACIÓN EN LA AMAZONÍA

RESUMEN: La cuestión del acceso a la educación en las comunidades ribereñas de la Amazonía, como Axipicá-PA, está entrelazada con la atención a los desafíos estructurales y circunstanciales que perpetúan las desigualdades educativas. Este estudio, basado en Matos (2023), busca contribuir a la comprensión de las expresiones de la cuestión social en la educación, desde la perspectiva del Trabajo Social. Los resultados destacan la importancia de la coordinación entre los movimientos sociales de la educación rural y las políticas públicas para superar las desigualdades educativas. Además, destaca la necesidad de un enfoque interseccional que considere las especificidades de las comunidades ribereñas y la lucha contra el racismo y la exclusión, su silenciamiento y su condición de minoría oprimida y población subalternizada, dentro de una sociedad capitalista basada en una fuerte interconexión entre los mercados, la intensificación de la competencia empresarial y la globalización.

Palabras clave: Minorías, educación, comunidad rural/rivereña, Amazonía, Brasil.

INTRODUÇÃO

O caminho para a efetivação do acesso à escolarização de estudantes de Axipicá-PA ainda é um desafio, em decorrência de vários fatores estruturais e conjunturais que atingem a comunidade e a escola. A presente reflexão traz um debate sobre a escolarização baseado no estudo realizado por Matos (2023), sobre o tema, condições de acesso, permanência e escolarização de em comunidade ribeirinha. O desenvolvimento deste estudo estabeleceu um diálogo importante com a evidência da questão social, das desigualdades e do debate sobre as minorias. Por isso, trazemos para o centro da discussão como grupos minoritários têm vivenciado a luta pelo acesso à educação na Amazônia.



Os pressupostos teóricos que embasam nossa discussão sobre minorias e grupos vulneráveis na Amazônia, põem em destaque a questão de que ela resulta de uma “construção histórico-política-filosófica-social-teórica, cujos elementos basilares derivam respectivamente de pares-conceituais, surgidos no debate filosófico empregados pelas Ciências Sociais”: o par-conceitual minoria-maioria, dominância-subjugação (vulnerabilidade) e identidade-diferença/diferenciação.

Sob a imaginação sociológica (Mills, 1972), o conceito de minoria revela a complexidade das relações de poder, identidade e reconhecimento em sociedades marcadas pela desigualdade como a Amazônica. Mais do que um dado estatístico, ser minoria é estar em uma posição de subalternidade, exigindo uma resposta coletiva e política.

FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS DO DEBATE SOBRE MINORIAS

O termo minorias é amplamente utilizado nos debates públicos, nas políticas sociais e nas ciências sociais. No entanto, a sua compreensão sociológica não está limitada a uma questão numérica. Ser minoria não significa ser menos numeroso, mas estar em uma posição de desvantagem estrutural, simbólica e política em relação aos grupos hegemônicos. Ou seja, “as minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria”, por questão de gênero, de religião, de idade, etc.; assim, exprime as denominadas “minorias nacionais, grupos raciais ou étnicos que, em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado” (Chaves, 1977, p.149).

Em um dos primeiros estudos sistemáticos sobre o tema, minoria é um grupo de pessoas que por suas características físicas ou culturais, é diferenciado e submetido a formas de discriminação e subordinação por parte de um grupo dominante (Brandi; Camargo, 1988), sendo a ideia central que é desigualdade de poder e não de quantidade, como destaca Wirth (1945).

Assim, as identidades e os pertencimentos minoritários são socialmente construídos. Isso significa que certos grupos se tornam “minorias” não por uma essência natural, mas porque são colocados nessa posição dentro de estruturas sociais hierárquicas. Bourdieu (1998) explica que os grupos sociais ocupam posições distintas no espaço social com base no capital que possuem



(econômico, social, cultural e simbólico). Aqueles que detêm menos capital – especialmente o simbólico – tendem a ser deslegitimados, invisibilizados ou estigmatizados. Assim, minorias são grupos cuja visão de mundo raramente se impõe como legítima, sendo frequentemente associadas ao “desvio” ou à “anormalidade”.

Judith Butler (2004), ao discutir as normas de reconhecimento, afirma que o que constitui um sujeito inteligível dentro de uma ordem social é precisamente o que exclui os não reconhecíveis. Logo, minorias são muitas vezes aquelas cujas vidas e experiências não são inteligíveis dentro da matriz normativa dominante – como acontece com pessoas LGBTQIA+, com povos indígenas, com pessoas negras e com pessoas com deficiência.

O conceito de minorias também possui uma dimensão política importante. Santos (2002) argumenta que a exclusão das minorias faz parte do que ele chama de “epistemologias da abissalidade”, onde a linha que separa os que têm direitos plenos dos que têm direitos limitados é invisível, mas estruturante (Botelho; Schwarcz, 2012). Nesse sentido, a luta das minorias não é apenas por inclusão, mas por reconhecimento, representação e redistribuição. As demandas por políticas afirmativas, por visibilidade nas mídias e por mudanças nas legislações são formas de resistência que buscam romper com o sistema que perpetua a exclusão (Wucher, 2000).

As identidades minoritárias são frequentemente construídas a partir do “olhar do outro”, e resistir a isso implica reapropriar-se das próprias narrativas. As minorias não são simplesmente categorias sociológicas: são sujeitos políticos que questionam as fronteiras da cidadania e da normalidade (Hall, 1997).

Na Amazônia contemporânea, as bases conceituais sobre minorias acabam se desdobrando em várias dimensões: raciais e étnicas: grupos historicamente racializados, como a população negra e os povos indígenas, são alvos de discriminação sistemática. Como mostra Fanon (2008), a experiência do racismo estrutura a subjetividade dos sujeitos colonizados e limita sua agência; sexuais e de gênero: pessoas LGBTQIA+ enfrentam formas específicas de exclusão baseadas na heteronormatividade.

Assim já dizia Butler (1990), o gênero é uma performance regulada, e os corpos dissidentes são alvos de exclusão; religiosas: grupos religiosos minoritários, como candomblecistas e muçulmanos, muitas vezes são alvo de intolerância e de políticas de apagamento simbólico,



especialmente em contextos de hegemonia cristã; deficiência: a deficiência é construída como desvio da norma corporal.

Outro aspecto nessa discussão é a crítica que se faz ao capacitismo estrutural que impede a plena cidadania das pessoas com deficiência, reduzindo sua presença na vida pública (Russell, 2002). Em outras palavras, os povos originários, as populações tradicionais e os grupos sociais na Amazônia partilham o fato de que suas existências são marcadas por um sistema de exclusão reiterada e institucionalizada.

Dito de outra forma, a realidade social vivida por estes grupos em termos sociais e políticos, bem como a própria condição ambiental, territorial e climática, impõe particularidades no acesso às políticas sociais e educacionais. Neste sentido, estes aspectos presentes na comunidade têm colaborado com o chamado deslocamento migratório dos estudantes e suas famílias, em busca por oportunidades educacionais no espaço urbano.

Diante deste cenário, o enfrentamento deve ser construído a partir de a) investimento para melhoria das condições estruturais da comunidade e da escola; b) de maior financiamento de programas e políticas para a educação do campo; c) do fortalecimento da organização política dos movimentos sociais da educação do campo em Axipicá; e d) de maior participação e fiscalização do poder público, este que deve estar presente e atuante em todos os territórios garantindo o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis, para todas e todos aqueles que dela necessitam.

O campo de Estudos da Sociologia da Educação, das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente do Serviço Social na área de educação, ao propor reflexões críticas sobre as expressões da questão social no território amazônida, se volta ao estudo dos processos e desafios vivenciados no acesso à escolarização nas comunidades rurais/ribeirinhas. Soma forças para visibilizar esta realidade, os movimentos sociais de educação do campo que historicamente tencionam para a construção de estratégias de enfrentamento das expressões da questão social através das políticas públicas mais eficazes pelo Estado.

Entretanto falando da Amazônia, para a grande parcela da população que vivia no interior do país como os posseiros, as populações ribeirinhas e os povos indígenas, o governo JK representou deslocamento, expropriação e exclusão (Moreira, 2003). Os problemas sociais



expressos no aumento do êxodo devido a modernização agrícola e concentração latifundiária no campo reprimia a produção camponesas familiar em contraposição a mecanização da produção.

A implantação dos grandes projetos minerais na Amazônia teve como fruto a inserção fiscal na região, perante o sistema capitalista mundial, situa o município de Oriximiná no Pará como um dos maiores projetos mineração de bauxita do Mundo. Em umas das operações na região, foi realizada a operação do Projeto Trombetas na década de 1970, que ocasionou múltiplas transformações no âmbito socioespaciais, políticas, econômicas, demográficas e ambientais (Paulino, 2015). Apesar de portar um dos maiores projetos de 14 mineração do mundo, é visível as desigualdades presentes neste território, tal como a oferta de escolas para a sua população e até mesmo o acesso a luz elétrica, que não chega ao acesso de várias comunidades rurais no interior de município Oriximiná-PA.

De acordo com Souza, Melo e Lucimi (2012), o acesso implica em considerar as profundas e históricas diferenças que tangenciam o modo como o direito à educação vem sendo concretizado no Brasil, pois é incontestável que a Constituição Federal (CF) de 1988 permaneça tão distante de uma concretude aos sujeitos que compõem o sistema de educação brasileiro, em especial o que está previsto no artigo 205 que positiva a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família.

É possível destacar no âmbito dos direitos não efetivados, o que temos previsto através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, no artigo 28, indicando que deve haver oferta da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) para a população rural, e ainda que os sistemas de ensino devem promover adaptações às particularidades da vida rural no currículo, calendário escolar e a realidade do trabalho do campo, que no caso de Axipicá, não tem se aplicado efetivamente.

O Brasil adentrou no processo de redemocratização somente nos anos de 1988, posteriormente vivenciou uma contrarreforma neoliberal, com o período de privatizações dos anos de 1990. Paulatinamente as mudanças foram acontecendo no cenário político e econômico, com maior investimento na educação pública, em especial, a partir dos anos 2001 no governo do Presidente Lula. Período em que se retomou o desenvolvimento econômico com a justiça social e



equidade, oferecendo novos horizontes para combater a questão da desigualdade no Brasil através do acesso à educação.

Apesar deste processo positivo, recentemente vivenciamos um cenário mais caótico de retrocessos, redução e congelamento de investimentos nas políticas sociais em 2016 no governo interino, que congelou por 20 anos os recursos para políticas como saúde, educação e assistência social. Em seguida, experimentamos os anos mais complexos do pós-ditadura militar, entre 2019 e 2022, com um governo antidemocrático que atacou severamente as políticas sociais, período que dividiu espaço com a crise sanitária da pandemia do Covid-19.

O interesse por este debate sobre as condições de acesso, permanência e escolarização de estudantes de comunidades rurais/ribeirinhas, ocorre pela relevância da política de educação para o Serviço Social, que se mantém na luta pela defesa intransigente dos direitos sociais e luta por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Neste texto refletimos sobre as minorias, os movimentos sociais e as lutas contemporâneas na Amazônia com foco no processo de êxodo rural, questão social e educacional na Amazônia, e por fim, analisados com base em pesquisa realizada por Matos (2023) sobre Serviço Social, e a luta pelo acesso à educação do campo, na qual nos voltamos aos aspectos sociais, territórios e socioeconômico de estudantes ribeirinhos, destacando as principais dificuldades para acesso à educação, bem como projetos e políticas educacionais e a luta da comunidade para a implantação e manutenção da escola.

Nas últimas décadas, com os avanços dos movimentos sociais e dos direitos humanos, os grupos minoritários passaram a conquistar maior visibilidade. Contudo, essa visibilidade nem sempre se traduz em proteção, pois muitas vezes vem acompanhada de novas formas de vulnerabilidade, como o aumento da violência simbólica e física contra esses grupos. Hall (1997) chama atenção para o que ele chama de *política da representação*, em que a presença nos meios de comunicação e na cultura, pode tanto empoderar quanto estereotipar os grupos minoritários, sendo a representação, portanto, um campo de disputa.

Por outro lado, as novas formas de controle e vigilância sobre as minorias – por exemplo, em espaços digitais ou por meio de políticas securitárias – demonstram que a inclusão pode ocorrer sob novas modalidades de exclusão (Foucault, 1979). Daí temos notado que as lutas das minorias e



dos povos subalternizados na Amazônia, por justiça e acesso à educação, visibilidade e qualidade de vida, dignidade e contra as opressões, são em última instância lutas por uma sociedade mais plural, democrática, inclusiva e diversa. Reconhecer as dinâmicas que produzem e reproduzem a condição de minoria e subalternização dos sujeitos é um passo necessário para transformar as estruturas de exclusão presentes na sociedade regional amazônica.

O ÊXODO RURAL/RIBEIRINHO E A LUTA COLETIVA NA REALIDADE AMAZÔNICA

O êxodo rural é um fenômeno social definido como o deslocamento de pessoas do campo (zona rural) para as cidades (zonas urbanas), incentivados por fatores diferenciados que contribuiu com a intensificação do processo de urbanização nos grandes centros urbanos no Brasil, devido ao aumento migratório para as cidades (Jacques, 2008). Sendo assim, esse processo não pode ser compreendido apenas como um simples movimento migratório espontâneo, pois se trata de um deslocamento forçado pela ausência do Estado, pela precariedade de serviços básicos e pelo avanço de projetos de desenvolvimento que privilegiam interesses externos aos das comunidades tradicionais.

O contexto histórico de ocupação da Amazônia ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, onde a Amazônia passa a ser marcada pela concentração fundiária e o aumento dos conflitos sociais. Os grandes projetos hidrelétricos, minerais e de colonização, ocasionaram a ocupação desordenada no campo, na cidade e o crescimento das principais cidades da Amazônia, como ressalta Souza (2009).

A ocupação na Amazônia entre a década de 60 e 70, refletiu em um compulsório deslocamento migratório, apresentando vários problemas da questão agrária e ambientais na região, principalmente pela presença dos grandes projetos hidrelétricos, de mineração e colonização. Nesse enredo, segundo Ferraz (2019) os sujeitos ribeirinhos acabam sendo colocados na condição de minorias sociais, não apenas pela sub-representação política, mas, sobretudo, pela vulnerabilidade estrutural a que são submetidos.



Com as implantações dos projetos Modernizador desenvolvimentista no Estado do Pará, implicou durante anos o aumento compulsório migratório interno e externo devido à oferta de emprego e de uma vida melhor. Nesse cenário, situa o município de Oriximiná, que vivenciava as grandes transformações no sentido espaciais, sociais, políticas, econômicas, culturais e principalmente demográficas e ambientais, motivado pela inserção das políticas de desenvolvimento regional norteadas ao sistema capitalista mundial durante o regime militar (Paulino, 2015 p.12).

Os movimentos sociais neste contexto, trazem uma organização popular que emerge como ferramenta de enfrentamento e permanência nos territórios, sobretudo através de associações comunitárias e conselhos locais. Essa articulação é reflexo da atuação de outros movimentos nacionais como o MST, que desempenham papel estratégico ao denunciar o modelo de desenvolvimento excludente e propor alternativas baseadas na reforma agrária e na agroecologia (Ferraz, 2019).

Com base em Gohn (2011), entendemos movimentos sociais como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que permitem à população se organizar e expressar suas demandas. Grupos que se organizam e constroem coletivamente estratégias para tornar pública demandas que ocorrem em seus territórios e comunidades, no sentido de denunciar, publicizar sobre iniquidades e requerer junto à sociedade e Estado respostas que garantam a dignidade e acesso a direitos.

Na contemporaneidade, os movimentos sociais têm atuado em redes locais, regionais, nacionais e transnacionais, utilizando meios de comunicação modernos, como a internet. São fontes de inovação, geram saberes e promovem mudanças sociais, lutando por inclusão, diversidade cultural, sustentabilidade e justiça social para além de suas fronteiras geográficas, o que por um lado é realmente importante. No entanto, também é possível que movimentos que aderem completamente às redes, percam uma certa força e combatividade que a experiência da luta nas ruas historicamente construíram; vale a pena observar tais mudanças.

Além disso, de modo geral os movimentos sociais dentro ou fora das redes continuam criando identidades, fortalecendo o pertencimento social e, na medida em que lutam por direitos, podem contribuir para a construção de uma agenda de governo. O movimento é, como bem nos



lembra Gomes (2019), educador e educa pela experiência e construção coletiva na luta por dignidade, respeito e direitos para todas e todos.

Em relação a história do território analisado, é importante destacar ainda que as descobertas de reservas minerais na Província Mineral do Carajás, na região do Trombetas em Oriximiná-PA, de Paragominas e do Tapajós, todas no Estado do Pará, colocam em destaque a Amazônia Oriental presente neste território. Com este movimento de busca de minerais para serem explorados, o fluxo migratório foi aumentando e se agravando no âmbito socioambiental, justamente por causa da implantação dos grandes projetos minerais. É relevante destacar que com a chegada dos representantes governamentais, e das empresas que fazem parte da Mineração Rio do Norte (MRN), desencadeou o crescimento demográfico na região.

Durante o processo de ocupação/integração proporcionou grandes fluxos migratórios na região do Baixo Amazonas, provocando o aumento no grau de exclusão do processo de expropriação de terras na região, refletida nos conflitos violento de terras. Estes fatores causaram um grande deslocamento migratório compulsório das populações existentes de outros contingentes para novas áreas dentro da região, e constituindo novas comunidades rurais e ao mesmo tempo ocasionando o êxodo rural para os municípios do Baixo Amazonas.

Podemos identificar as dinâmicas das ações modernizadoras, durante a implantação dos projetos de exploração de minérios na região do Trombete em suas facetas, por meio do relato oral de uma das primeiras professoras que apresentou a formação da comunidade através de sua experiência como educadora. De acordo com os moradores, a Comunidade Axipicá-PA recebeu esse nome por antigos moradores que se fixaram na região naquele momento, pois a referida comunidade se constituiu durante o período, grande destaque da Amazônia Oriental devido à trajetória desenvolvimentista, que proporcionou esses deslocamentos migratórios intensificados ao longo da história.

No Baixo Amazonas, oeste do Pará localiza-se o município de Oriximiná no rio Trombetas, uma região belíssima que exhibe em si uma grande riqueza em recursos naturais e minerais, que entre estas está a extração da bauxita pela Mineração Rio do Norte e outras empresas, destacando-se a comunidade Axipicá-PA, onde a pesquisa de Matos (2023) se direcionou e abordaremos ao longo do texto.



Para conhecimento da localidade, segundo o Plano Diretor de Oriximiná (2015), o município situa-se a Oeste do Estado do Pará, na Mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Óbidos, fazendo limites a Oeste com Faro e o Estado de Roraima; a Leste, com Óbidos, ao Norte, com Guiana Francesa e Suriname; ao Sul com Juruti e Terra Santa. O município de Oriximiná possui a extensão de uma área territorial de 107. 445,91 km², limite pelas coordenadas [1° 46' 00" S 55° 51' 30" W](#).

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A Educação no Brasil perpassou momentos difíceis durante o processo de conquistas na história e até atualmente enfrenta grandes dificuldades em construir uma política pública que materialize e viabilize o direito à educação do campo. As múltiplas realidades das regiões que fazem parte do nosso país, que se localizam nos espaços rurais, em especial a realidade da região Amazônica, ainda sofrem com o descaso das autoridades responsáveis em relação à implementação da educação do campo.

Como destaca as autoras Ferreira e Brandão (2011), [...] Para o desenvolvimento, realizamos um resgate da história desde o Império, passando pelas diferentes constituições do Brasil até as produções acadêmico-científicas pós “I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia/GO, em 1998 (Ferreira; Brandão, 2011, p. 02).

A conjuntura histórica da educação oferecida nas zonas rurais, esteve no passado e até hoje encontra-se atrelada a educação urbana tecnocrata, dando espaço às mudanças políticas e sociais que caracterizaram as reivindicações daquela época. Os movimentos sociais do campo se destacaram significativamente na década de 1980, sendo tais reivindicações também os principais ícones que prevaleceram durante as discussões em encontros científicos sobre a construção de uma educação de qualidade.



Tais discussões e outros acontecimentos sócio-políticos, contribuíram com as duas principais bandeiras de luta do Movimento por uma Educação do Campo adequada às múltiplas realidades do campo, a inclusão das demandas do campo na agenda política do país, contribuiu com a construção do conceito de Educação do Campo na política de educação. A partir dessa análise é importante refletir sobre as políticas públicas educacionais, que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, e o porquê da defesa de políticas públicas específicas para o campo englobado nas reivindicações.

O processo de instrução da educação do campo nos movimentos sociais e na LDB, trouxe desafios e conquistas mediante a implementação dessa política nas áreas rurais. Assim, ao longo da história da Educação do Brasil o modelo tecnocrata, além de outras influências na dinâmica de ensino, que de certa forma intensificou a exclusão social das camadas sociais no seio do processo de desenvolvimento e industrialização do país.

A política pública foi a forma de integrar a educação do campo, enquanto direito que está presente na sociedade civil e tem como finalidade destinar recursos públicos para atender a população camponesa. Essa discussão partiu de movimentos de políticas públicas, que adquire ainda maior centralidade na história da Educação do Campo a partir da II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, realizada em 2004, quando se consolidou como sua palavra de ordem a expressão “Educação do Campo: direito nosso e dever do estado”.

A educação do campo é, portanto, impregnada pela luta por uma educação igualitária, mais democrática e que deve alcançar todos. Assim, por ser constituída por valores contra hegemônicos e democráticos, a educação do campo enfrenta avanços e recuos no processo de implementação dos seus princípios e das noções de cidadania, formação política, histórias de vida, memórias e identidades a eles atrelados.

Bicalho (2021) pontua a diversidade presente nas escolas do campo, composta por pescadores, ribeirinhos, caiçaras, atingidos por barragens, pequenos agricultores, acampados e assentados da reforma agrária, aldeias indígenas, territórios quilombolas, entre outros sujeitos/povos do campo. Este espaço possibilita a experiência da educação para a cidadania, contextualizada e consciente dos problemas presentes em cada território.



A centralidade das lutas em prol da educação do campo não abre mão da atuação incisiva do Estado, além disso, a pressão dos movimentos sociais torna importantíssimas as necessidades do campo. No entanto, é importante ressaltar que, a presença da globalização na trajetória da expansão econômica da Amazônia intensificou os avanços das implantações dos projetos modernizadores em uma ótica contraditória e complexa, onde as forças dominantes têm sido as do Capital financeiro manifestando a polarização da situação dos atores sociais em sua peculiaridade, conforme apresenta os estudos de Santiago e Freitas (2005).

Desse modo, a intervenção dos governos militares no Pará passou a contar com uma política desenvolvimentista, que provocou o processo migratório intenso nas alterações socioespaciais em alguns locais, devido à implantação de grandes projetos agrominerais e agropastoris etc., sendo que as políticas públicas ao longo da história, vem enfrentando o fenômeno da pobreza em uma profunda exclusão da população.

E mais ainda, os impasses do neoliberalismo estão relacionados ao equilíbrio social é do resultado livre mercado, direcionadas aos interesses da elite dominante pelo aumento das riquezas e relações de poderes políticos econômicos com outros países, e com o estado mínimo de direitos na ação do Estado, existindo o mínimo de regulação possível nas políticas distributivas compensatórias, que passam a ter um caráter seletivo e não universal (Teixeira, 2002, p. 03).

Às margens dos interesses capitalistas e a discussão de integrar políticas de preservação, através do desenvolvimento da economia sustentável em benefício da biodiversidade amazônica, refletindo neste cenário as contradições que a exclusão social e educacional contribui para a negação dos direitos dessas populações que residem no meio rural, além de precarizar o acesso à escolarização do sujeito do campo. A educação no meio rural não obteve o apoio necessário por parte do estado por anos, isso levou à privação dos povos que moram no campo do acesso às políticas e serviços públicos em geral.

Para refletir sobre o papel do Serviço Social no âmbito da Educação, é importante destacar que este atualmente tem constituído suporte às atribuições da trajetória da questão social nas intuições pública de ensino no Brasil, explicitando o quão enriquecedor é o trabalho interdisciplinar entre o Assistente Social e os demais profissionais inseridos no contexto escolar. Diante da ofensiva



neoliberal no contexto sociopolítico e econômico, é possível identificar os reflexos das implicações na complexidade dos problemas encontrados no cotidiano escolar.

É importante destacar que a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930 desde as suas origens, e mais acentuadamente com o trabalho desenvolvimentista de comunidade junto a missões rurais do campo entre os anos de 40 e 50, em prol de adequar a sociedade aos moldes capitalistas conforme apresenta Ammann (2003).

Foi criado em 1955 por convênio com o Ministério de Agricultura, o Serviço Social Rural (SSR), sendo seu objetivo precípua iniciar sob ação de um plano racional e conjunto, a árdua tarefa de procurar resolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras (Ammann, 2003, p. 35), ou seja, a temática da educação está presente desde a origem da profissão, seguindo um caráter desenvolvimentista.

Houve uma consolidação gradativa deste campo de atuação, pois podemos verificar que em muitos Estados as particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação, ganhou destaque nos espaços de organização e na agenda da categoria profissional, especialmente no Conjunto CFESS/CRESS, dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e às discussões nos encontros nacionais da categoria, conforme nos apresenta o material de Subsídios para o Trabalho do Assistente Social na Educação (CFESS, 2011).

Ainda de acordo com os Subsídios para o Trabalho do Assistente Social na Educação (CFESS, 2011), foi no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS em 2001, que a categoria realizou proposições de âmbito nacional e neste mesmo ano construiu o “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” pelo CFESS, onde foi desenhado o documento “Brochuras: Serviço Social na Educação”. Para conhecimento, somente em 2019 tivemos a consolidação da luta pelo espaço sócio-ocupacional do Assistente Social nas Escolas, com a Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Serviço Social e Psicologia nas redes públicas de educação básica. De acordo a Lei, estes serviços irão “atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”, que deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Ao analisar os resquícios históricos e discriminatórios durante o processo educacional no Brasil, foi possível identificar mudanças significativas na Constituição Federal de 1988, que



conduziu a consolidação da construção das políticas de Educação pela emancipação dos direitos sociais ao longo dos anos. Nesse período se deu o reconhecimento da criança como sujeito direito, que de certa forma eram políticas paliativas caracterizadas pela filantropia em termos de proteção e garantia de direitos.

Além disso, foi criado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para reforçar e assegurar a participação da família e da sociedade em geral, na efetivação dos direitos da criança e do adolescente, como prioridade absoluta do poder público.

[...] a inserção da educação como um direito social e as falhas do governo diante da sua operacionalização, frente a um segmento pauperizado da população brasileira, transferindo sua responsabilidade às escolas filantrópicas criadas pela sociedade civil, a fim de tentar suprir com a necessidade de uma educação de qualidade para ao menos uma parcela das famílias excluídas socialmente e economicamente. (Bezerra, 2017, p.14).

A política educacional foi se consolidando e atualmente é composta pela LDB e pelo Plano Nacional da Educação (2011 – 2020), dentre outras políticas sociais e projetos voltados para a educação. O contexto histórico educacional então, foi marcado por rupturas e conquistas, que estiveram presente no modelo elitista, conservador e tecnocrata de educação, bem como os avanços e lacunas que ocorreram nas últimas décadas.

Com a realidade desigual que nós vivemos e o anseio por tornar o ensino formal viável para todos os cidadãos, a “inclusão social” também passou a ser umas das principais pautas de debate na história da educação enquanto direito social, na perspectiva de incluir crianças, adolescente, jovens e adultos, expostos a uma vida precária de vulnerabilidade e riscos sociais, como também efetivar o acesso à educação aos estudantes com deficiência e aos negros, sobre os quais se apresenta uma trajetória de dificuldades e discriminações no acesso à educação formal (Silva; Bezerra, 2017, p. 27).

O ambiente escolar como qualquer outra instituição, esteve atrelado a uma sociedade capitalista desigual, constituída pelas diversas expressões da questão social que engloba as camadas sociais a qual as famílias fazem parte, expostas a um cenário de vulnerabilidade e exclusão social. Cabe dizer que a educação possui demandas importantes que carecem da intervenção do Assistente Social, que em conjunto a equipe multidisciplinar deve buscar alternativas de trabalho e estratégias, e destacamos como exemplo, o baixo rendimento escolar, a infrequência e a evasão, que são fatores



sociais, culturais e econômicos, interferindo nos processos relacionados ao campo escolar (Oliveira; Santos, 2018, p. 10).

As diferentes manifestações das expressões da questão social nas unidades familiares, sendo inevitável a exposição dessas problemáticas sociais, devido ao desemprego, baixa renda, fome, desnutrição, drogas, pais negligentes entre outros, refletindo neste sentido no “baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado, evasão escolar e na violência”, a complexidade das expressões sociais emerge a necessidade do enfrentamento a essas demandas, justificando a inserção do profissional de Serviço Social nas escolas públicas.

O Serviço Social no âmbito da Educação e suas ações interventivas, têm enfrentado as questões da complexidade dos problemas encontrados nas escolas, pois em pleno século XXI, ainda temos instituições educacionais precarizadas. Expõem diversos problemas sociais e materiais devido à falta de investimento e abandono do poder público, como baixa remuneração dos professores e ausência de profissionais na equipe interdisciplinar voltado para os estudantes.

Ou seja, o trabalho do assistente social em equipe interdisciplinar na educação, deve auxiliar as ações educacionais proporcionando a prática da inclusão social, possibilitando o conhecimento das peculiaridades da realidade de toda a comunidade escolar. Vale destacar ainda, que as escolas públicas têm vivenciado diversas ocorrências diárias em relação ao reflexo da realidade de famílias, que vivem em situações de vida precária na sociedade, por estarem inseridas a um sistema desigual capitalista.

O Serviço Social na área da educação se dá de forma interdisciplinar entre o assistente social e os demais profissionais inseridos no contexto escolar, tendo em vista que o fortalecimento da rede socioassistencial se articula para atender as demandas em caráter específico de urgência, através do envio de encaminhamentos às instituições que integram a rede como, por exemplo, o Fórum de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Saúde, CRAS e CREAS e etc.

A intervenção profissional do assistente social na educação apoia-se na garantia de direitos e no crescimento social, político e cultural dos sujeitos, realizando análises das realidades sociais por meio do seu atendimento, articulando programas e políticas educacionais com demais políticas públicas para atender as diversidades, além de construir, implementar, avaliar a formulação e



execução de programas voltados para políticas sociais que previnam violências e ampliem direitos através da educação. O compromisso profissional ético-político social do assistente social vem construindo novas estratégias interventivas nas escolas, institutos, universidades, da educação infantil ao ensino superior.

A educação do campo no Brasil enfrenta desafios históricos e contemporâneos que refletem as complexas questões sociais e econômicas das áreas rurais. A integração da educação do campo nas políticas públicas é essencial para garantir o direito à educação e superar a exclusão social. O Serviço Social desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e intervenção nas questões educacionais, colaborando com a equipe multidisciplinar para enfrentar os desafios e melhorar a qualidade da educação. O fortalecimento das políticas públicas e a atuação efetiva do Serviço Social são fundamentais para assegurar uma educação que atenda às necessidades e demandas das populações rurais, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades.

A REALIDADE TERRITORIAL E EDUCACIONAL EM AXIPICÁ – PA ATRAVÉS DO ESTUDO DE MATOS (2023)

Para Iamamoto (2003) a conceituação de questão social é

apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Iamamoto, 2003, p. 27).

No entanto, o neoliberalismo promove escassez de recursos para atender a todas as demandas sociais em suas totalidades e peculiaridade, fragilizando as ações de um projeto ou programa no campo da política pública. Como consequência, os bens e serviços públicos desejados pelos diversos indivíduos se transformam em motivo de disputa, ou em alguns momentos troca de favores, pois a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A presença ativa dos movimentos sociais nas questões de interesses geral dentro de um campo contraditório, onde os conflitos se limitam entre o público e privado, sendo que nesse momento cabe ao Estado,



formulador de Políticas Públicas, conseguir perceber, compreender e selecionar as diversas demandas na área da saúde, moradia, etc.

De acordo com Behring e Boschetti (2016) as políticas sociais podem ser consideradas desdobramentos e/ou respostas e formas de enfrentamento às expressões da questão social no capitalismo. Assim, segundo as autoras o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau do desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composição de forças no âmbito do Estado.

Destaca Ferreira e Brandão (2012, p.09), “as políticas públicas integram a educação do campo enquanto um direito que está presente na sociedade civil e que tem como finalidade destinar recursos públicos para atender a população camponesa”. As ações das políticas educacionais correspondem à participação social, sendo responsável pela diminuição das desigualdades sociais atrelada às políticas públicas, e com a neutralização das expressões das questões sociais sendo reivindicados por essas políticas.

Sabemos que a educação, mesmo sendo um direito fundamental para o desenvolvimento moral, social e crítico do ser humano, assegurada pelo artigo 205 da Constituição Federal de 1988, ainda enfrenta muitas barreiras para ser pensada e tratada como um direito, logo devendo alcançar a todas as pessoas. Neste sentido, buscamos refletir sobre a questão socioeducacional presente no território Amazônico investigado, em especial buscando pontuar que primeiro para compreender o processo de povoamento no campo é importante esclarecer e definir o conceito de comunidade, que será usada para refletir e analisar sobre a organização sociopolítica da comunidade Axipicá, localizada próxima ao município de Oriximiná no estado do Pará.

De acordo com autores como Lira e Chaves (2016), o conceito de comunidade tem sido muito debatido nas Ciências Sociais no qual, junto com o conceito de sociedade constituem as unidades mais complexas na Sociologia, congregando agentes sociais, combinando e absorvendo instituições, grupos e diferentes segmentos. De forma geral, o termo comunidade é utilizado por grande parte da população para denominar e situar as áreas localizadas na zona rural. Geralmente reconhecida nas expressões da concepção regional a “Comunidades Rurais”, ou “Comunidades do Interior”, sendo que estes termos são adotados pelos diversos órgãos municipais.



Assim como outras comunidades rurais da época, a comunidade de Axipicá viabilizou a construção de uma pequena escola que a princípio se chamou de São Tomé, oferecendo apenas as primeiras séries iniciais de 1ª a 4ª série formando uma classe multisseriada. E conforme a professora entrevistada, ao chegar na comunidade não havia estrutura para a implantação da escola, mas foi a própria comunidade que lutou para que a educação fosse implantada. Assim, de acordo com ela,

O barracão da comunidade no dia 19/02/1980, onde lecionei para 60 alunos em barracão coberto de palha de uma palmeira chamada Inajá. Ao passar dos anos com ajuda dos pais conseguimos uma escola onde continuei a trabalhar, as coisas foram evoluindo, o prefeito mandou construir uma escola onde foi nomeada de Santa Terezinha. (Professora 2).

Diante disso, os comunitários se organizaram para conseguir a construção de uma escola em Axipicá para garantir o direito de estudar na escola da comunidade ribeirinha. Sobre esta questão Bicalho (2021) comenta que,

Nos processos de formação e experiências educativas reais, os movimentos sociais lutam por escolas que protagonizam histórias, individuais e coletivas, problematizando-as. A luta por uma educação do campo passa pelo enfrentamento das várias cercas impostas pela escola tradicional, com seus projetos autoritários e deslocados da realidade camponesa. (Bicalho, 2021, p. 90).

No que diz respeito à interlocução entre movimentos sociais e educação, é importante destacar que o próprio movimento em si é educativo tal como nos ensina Gomes (2019) e Gohn (2011), pois articula a luta a um movimento educativo duplo. O primeiro para fora, quando exige do Estado e da sociedade o reconhecimento do direito à educação, interage com as instituições educacionais e os sujeitos que a compõe (estudantes, famílias, professores, gestores e toda a comunidade a sua volta), ensinando a necessidade de valorizar a educação e, mais ainda, realiza um movimento educativo que se faz para dentro do próprio movimento, no qual gera aprendizado e saberes de como coletivamente se constroí uma sociedade justa e menos desigual.

Sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados, a renda desses sujeitos do campo tem como base as atividades de pescas, agriculturas, destacar a interlocutora,

A comunidade é boa de convívio de renda também, mas são pessoas de renda baixa, que só vivem de aposentadoria e o benefício da bolsa família mesmo a renda que tem na



comunidade. É igual à outra comunidade rural no meio rural que a renda vem da pesca e agricultura ou vice-versa da troca e venda dessas coisas de ou benefícios do governo como bolsa família, a aposentadoria entre outros né. (Servidora 3).

Como ressalta Silva (2009), para compreender a realidade da diversidade das identidades dos povos da Amazônia é preciso conhecer o processo pelo qual as relações socioespaciais e histórico-culturais estabelecem um sentimento de pertencimento por este território. Com relação às raízes que os ligam ao meio rural, pois tem toda uma trajetória de vida de seus familiares constituída no campo. Nas falas das estudantes assegurar o sentimento de pertencimento, “que a gente mora na comunidade há 18 anos, mas comecei a estudar na escola da Comunidade Axipicá eu tinha 7 anos de idade”. (Estudante 1).

De acordo com Silva (2009), existe um elo entre estas populações e os ecossistemas, e “nesta relação com a natureza que as populações tradicionais constroem todo modo de vida a partir de um conhecimento empírico, que é transferido de pai para filho”. (Silva, 2017 p. 2). Com base neste contexto, pudemos conhecer mais sobre o processo histórico da criação da comunidade e da escola e o deslocamento migratório para a cidade, ou seja, representando a força e resistência no campo durante esse período de busca pelo direito à educação no meio rural. Essas expressões da questão social caracterizam este movimento social no campo na Comunidade de Axipicá pela busca do direito do acesso às políticas públicas entre elas, a efetivação real de política pública de educação.

Cabe destacar também, que esses estudantes enfrentam inúmeras dificuldades para acessar a escola na comunidade, pois conforme conta o estudante 1,

As dificuldades que a gente como aluno enfrenta às vezes quando seca muito não tem mais aula ou as situações dos ramais que não conseguir passar o carro da escola como agora. E também, no tempo da cheia a gente tem os riscos de pegar ferrada de arraia, aliás tem muita cobra no meio do matinho e lama nesse porto da escola. (Estudante 1).

Como sinalizado, que na comunidade Axipicá não oferta o ensino médio, mas apenas o ensino fundamental, apresentando o deslocamento migratório com uma das demandas mais pulsantes que motivam o deslocamento, sobre esta questão de migrar para buscar melhores oportunidades educacionais, é, “[...] depende né, aqui não tem aula pra nós e precisamos de alguma



forma estudar o ensino médio”. (Estudante 1). Outro ainda aponta que, “aqui não tem ensino médio, a maioria é obrigado a estudar na cidade e depois de terminar os meus estudos vou voltar pra minha casa no interior, mas eu passar na faculdade vou ficar em Oriximiná ou em outro lugar”. (Estudante 3).

Como ressalta Souza (2021), a educação, através de suas práticas está viva e presente nas comunidades, está nas relações, na cultura, nas lideranças, na luta e reivindicação por direitos. Está a contação de história feita pelos mais velhos, no sonho de melhoria de vida pelos mais jovens, também está representada e contextualizada na relação que se estabelece com o outro, com a família, os territórios e suas demandas locais e globais.

Para analisar, o acesso à educação no campo na escola da comunidade, é possível identificar a precarização do acesso à educação devido inúmeros fatores decorrentes, segundo as falas que é, “[...] estipulado pelas escolas, e cada escola tem autonomia para fazer um calendário de acordo com sua realidade. Porque tem o calendário da seca, tem o calendário da Castanha, e o calendário da cheia que é o caso do Sapuquá, ou seja, cada calendário é diferente de uma área para outra”. (Educadora 1).

Através da entrevista foi identificado que existe a construção de um específico calendário para contornar os possíveis problemas climáticos, bem como os dias que são programados para o pagamento dos servidores públicos no município de Oriximiná. Conforme declara a entrevistada,

Essa área aqui da frente da comunidade fica sem acesso quando seca fecha o caminho por onde você veio, aliás tudo isso vira terra e lama aqui na frente e a gente não sai na boca só tem um caminho, e os barcos ou canoas se erra o caminho encalha é complicado essa parte aí. Já terminamos o primeiro bimestre estamos no segundo bimestre que seria terminando agora nós vamos terminar só para o final de julho. (Servidora 1).

Os estudantes da escola da comunidade Axipicá, assim como outras escolas localizadas do campo, passam por adversidades peculiares, sendo as dificuldades enfrentadas pelos alunos da comunidade relacionadas com transportes de alunos, com relação à manutenção das salas e falta de materiais, cadeiras quebradas, quentura na sala, não tem lâmpadas, piso inadequado é poeirento ou no caso dos ramais, que falta capinar e retirar os entulhos do caminho entre outros fatores.

Para continuidade desses estudantes, buscamos conhecer a existência de projetos e ações realizadas para apoiar a permanência e o desejo de prolongamento dos estudos e ingresso no ensino



médio. Nesta direção, buscamos conhecer acerca de projetos existentes na escola para saber como os processos de permanência estavam sendo acompanhados, diante de tantos desafios como discutimos até aqui, mas de acordo com a professora, “[...] ocorreu a tentativa pela implantação do ensino médio e inclusive na comunidade que eu trabalhava no ano passado, esse projeto chamado SOME – que foi implantado nas comunidades rurais”. (Servidora 4).

Um dos desafios para fazer com que o projeto fosse implantado de forma efetiva na comunidade, foi por terem sido construídos sem pensar a realidade rural, seus desafios e limitações. Sobre esta questão a Servidora 02 comenta que,

[...] a professora que foi selecionada pra cá não se adaptou, pois ela queria voltar todos os dias para a cidade depois de dar as aulas... Ela pegou um desses temporais e ficou apavorada e desistiu, daí então todo tempo se pergunta por que não apareceu nenhuma substituta pra ela até hoje se já foi autorizado foi pela SEDUC, mas ficou nesse processo. (Servidora 2).

É importante destacar os impactos e desafios da implementação da educação do campo, sendo imprescindível para o reconhecimento da identidade da diversidade dos sujeitos do campo, elaborando políticas educacionais que valorize a identidades e culturas tão específicas como a dos indígenas, povos das florestas, ribeirinhos, quilombolas, assentados, acampados, mulheres do campo, entre outras, exigindo esforço pedagógico e político no sistema educacional nas diversas escolas de comunidades rurais.

Faz-se importante ainda, refletir que as Políticas de Educação implantadas para estudantes de Axipicá em Oriximiná-PA, se mostram insuficientes para agir diante das particularidades as quais se apresentam a questão socioeducacional de Axipá. Conforme aponta uma das servidoras,

Não tem nenhuma política de incentivo para esses alunos que irão cursar o ensino médio na cidade, a não ser os projetos que são oferecidos nas escolas Estaduais em Oriximiná, no qual atua com o nivelamento escolar de alunos que têm dificuldades de aprendizagem ou que são refratários como é o caso do Projeto Mundiar. (Servidora 4).

As condições para chegar até a escola são precárias, a estrutura escolar demonstrou abandono de descaso para com a comunidade rural/ribeirinha, há uma ausência do Estado como



promotor dos direitos, além disso, a realidade socioeconômica das famílias é o retrato da desigualdade no território amazônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação rural/ribeirinha nesta localidade, necessita desenvolver políticas e projetos que sejam implementados conforme as demandas encontradas na escola comunidade rural. A partir do debate aqui realizado, compreendemos que o deslocamento ou êxodo rural/ribeirinho tem sido provocado por vários motivos, mas especialmente na comunidade de Axipicá a ausência do ensino médio na escola rural é o principal.

É notória a preocupação do presidente da comunidade, professores, gestora escolar, pais e estudantes em questionar uma maior participação do Estado, via políticas públicas e projetos, na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Na sua organização enquanto movimento social em prol do direito ao acesso à educação na sua comunidade, dentre as propostas que a comunidade escolar busca, está o projeto de implantação do ensino médio na comunidade rural, também a compra de um transporte seguro para os estudantes, sendo ele um barco escolar para transportar semanalmente os estudantes que irão cursar o ensino médio fora da comunidade.

Sobre o perfil da comunidade, identificamos condições precárias da educação, fazendo com que os estudantes sonhem com a ida para escolas com mais qualidade em outros espaços. No entanto, o desejo pelo prolongamento dos estudos é atravessado pela necessidade de trabalhar e melhorar de vida.

São inúmeros os fatores presentes na realidade ribeirinha, marcada por processos agudos de desigualdades sociais, onde as minorias, os povos originários subalternizados e as populações tradicionais silenciadas, estão submetidos em condições contraditórias e desiguais, carecem da ausência de políticas públicas e de condições socioeducacionais precárias. Mas a Amazônia é também lugar de sujeitos e vozes que resistem, que provocam mudanças de *habitus*, de atos de reexistência, onde seus habitantes transformam suas vozes, suas palavras, sua luta, sua biografia em ferramenta de combate às opressões.



Como nos inspira Conceição Evaristo, na “escrivência de luta” e nas escritas de resistência, expressamos vivências, fortalecemos identidades e rompemos silêncios impostos, pois escrever e (re)existir na história não é simplesmente um ato de criação, mas é tornar-se um ato de luta.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. Rossetti e BOSCHETTI, I. **Política social e fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BICALHO, L. Escolas do Campo e movimentos sociais no Brasil: possíveis interfaces. In: SOUZA, Greyssy Kelly Araújo de (org.). **Práticas Comunitárias Educacionais Brasileiras e suas Territorialidades**. 1. Ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021 (Série cadernos Flacso; 19).
- BRASIL. Lei Darcy Ribeiro (1996). **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro enigma, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRANDI, Ana Carolina Dias; CAMARGO, Nilton Marcelo de. Minorias e Grupos Vulneráveis, multiculturalismo e Justiça Social: Compromisso da Constituição Federal de 1988. In.: SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SILVA, Nilson Tadeu Reis Campos (orgs.). **Minorias e Grupos Vulneráveis: Reflexões para uma tutela inclusiva**. 1. Ed. Birigui-SP: Boreal, 2013.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2004.
- CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1977.
- EVARISTO, Conceição. Da escrevivência: vida que se escreve. In: ALEXANDRE, Marcos (org.). **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013. p. 17–22.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, F.J.; BRANDÃO, E.C. **Educação do Campo: Um Olhar Histórico, Uma Realidade Concreta**- 2012.
- FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 135, p. 346-363, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>.



- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2019.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo, Cortez, 2003.
- JACQUES, Moreira; LIMA, Francisco Gilvan. O fenômeno da “chegada urbana” em contraponto ao “êxodo rural”. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG, Brasil – 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.
- MATOS, Regiane Prata de. **As condições de acesso, permanência e escolarização de estudantes da comunidade rural de Axipicá, no município de Oriximiná/PA.2023**. 84 f. TCC (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2023.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- RUSSELL, Marta. **Capitalism and Disability: Selected Writings by Marta Russell**. Chicago: Haymarket Books, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002.
- SILVA, Charlene Maria Muniz. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. Manaus: UFAM, 2009.
- SOUZA, Greyssy Kelly Araújo de. Apresentação: educação e práticas comunitárias. In: SOUZA, Greyssy Kelly Araújo de (org.) **Práticas Comunitárias Educacionais Brasileiras e suas Territorialidades**. 1. Ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021 (Série cadernos Flacso; 19).
- SOUZA, Terezinha Ferreira de. **Modo de Vida de Migrantes Camponeses e a Construção do Espaço Rural**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia, 2009.
- WIRTH, Louis. The Problem of Minority Groups. In: LINTON, Ralph (org.). **The Science of Man in the World Crisis**. New York: Columbia University Press, 1945.
- WUCHER, G. **Minorias: proteção internacional em prol da democracia**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000

Recebido em: 23 de abril de 2025.

Aprovado em: 14 de agosto de 2025.